

## O “REPUBLICANISMO SOCIAL” NO BRASIL NA PASSAGEM DO IMPÉRIO À REPÚBLICA\*

*Adalmir Leonídio<sup>1</sup>*

---

**Resumo.** Este artigo busca analisar a forma como se deu no Brasil a aproximação entre republicanos, socialistas e positivistas, no final do século XIX. Esta análise já tem sido desenvolvida, sobretudo em relação ao caso da França, que maior influência exerceu sobre intelectuais brasileiros do período. Resta, contudo, pensar de que forma tal influência se fez sentir no Brasil. Para tanto, o processo investigativo debruça-se sobre uma série de panfletos e artigos de jornais, sobretudo daqueles ligados ao movimento operário em gestação.

**Palavras-chave:** Republicanismo; socialismo; positivismo.

## SOCIAL REPUBLICANISM IN BRAZIL DURING THE TRANSITION PERIOD FROM EMPIRE TO REPUBLIC

**Abstract.** The approximation in Brazil between republicans, socialists and positivists at the end of the 19<sup>th</sup> century is analyzed. Analysis focuses on France as the country which exercised great influence on Brazilian intellectuals during the period. Discussion is further undertaken on the repercussion of the above on the rest of Brazil. Pamphlets and newspaper articles, especially linked to the incipient workers' movement are investigated.

**Keywords:** Republicanism; socialism; positivism.

---

\* Artigo recebido em 01/09/2006 e aprovado em 05/03/2007.

<sup>1</sup> Professor Doutor junto ao Departamento de Economia e Sociologia da ESALQ/USP

## EL “REPUBLICANISMO SOCIAL” EN BRASIL DURANTE LA TRANSICIÓN DEL IMPERIO A LA REPÚBLICA

**Resumen.** Este artículo busca analizar la forma en que se dio el acercamiento entre republicanos, socialistas y positivistas de Brasil a fines del siglo XIX. Este tipo de análisis ya fue realizado para el caso francés que ha sido el que más influencia ejerció sobre los intelectuales brasileños de dicho período. Sin embargo, falta conocer cómo se hizo sentir esta influencia en el país. Para ello, el trabajo de investigación se realizó sobre la base de una serie de panfletos y artículos periodísticos, en especial, con los relacionados al movimiento obrero en gestación.

**Palabras-clave:** Republicanismo, socialismo, positivismo.

---

### OS ANOS SETENTA E AS “NOVAS IDÉIAS” NO BRASIL

Este artigo busca refletir sobre a aproximação entre republicanos, socialistas e positivistas brasileiros, entre a década de 1870 e os primeiros anos da República. Não se pode falar, no Brasil, de uma “geração” ou grupo de homens coesos, fundados em certas convicções e idéias que passariam a seus descendentes<sup>2</sup>; mas no início dos anos setenta entra em cena “um bando de idéias novas” (VERÍSSIMO, 1901), uma nova tentativa de inserção do país no pensamento moderno, a partir do abandono do ecletismo espiritualista de Victor Cousin, como corrente de pensamento predominante. A mocidade acadêmica e os círculos intelectuais adotam o que se chama de “espírito crítico”, que visa combater, sobretudo, o espiritualismo da vertente eclética. Em alguns casos,

---

<sup>2</sup> O uso da expressão “geração de setenta”, apesar de imprecisa, generalizou-se entre historiadores e críticos literários no Brasil. Trata-se de uma analogia com o grupo de intelectuais portugueses – Antero de Quental, Teófilo Braga, Eça de Queirós, Manuel de Arriaga, Oliveira Martins, entre outros – que tinha como uma de suas marcas principais o esforço para introduzir em Portugal as idéias modernas – o realismo em arte, o positivismo em filosofia, o republicanismo e o socialismo em política.

tratava-se também de certa crítica às instituições e valores do *status quo* imperial (ALONSO, 2000).

Toma-se conhecimento, indiferentemente, de Comte, Littré, Taine, Renan, Darwin. É desse período a fundação, no Rio de Janeiro, da Sociedade Positivista. Começam a aparecer e se difundir com maior intensidade as primeiras obras daqueles que seriam mais tarde os líderes teóricos das duas alas principais do comtismo, a ortodoxa e a dissidente: Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Luiz Pereira Barreto. Em Recife fazem aparição, entre outros, Tobias Barreto e Silvio Romero. Como reflexos desse “espírito de renovação” podemos citar a reforma do Colégio Pedro II e a organização da Escola Politécnica (PAIM, 1967).

Este “espírito de renovação” da década de 1870 traduziu-se em duas correntes principais de idéias: a Escola do Recife e o positivismo. A Escola do Recife buscou uma posição própria neste movimento de idéias, afastando-se do espiritualismo dos ecléticos, mas também da rejeição, sem crítica, da metafísica, substituída pelo positivismo. Seu líder espiritual foi, no Recife, Tobias Barreto. Adotando o evolucionismo, ele acreditava poder conciliar a metafísica com a perspectiva cientificista predominante na época. No Rio de Janeiro, na década de 1890, teria destaque a figura de Silvio Romero, discípulo de Tobias Barreto.

A Sociedade Positivista foi fundada em 1876, no Rio de Janeiro, e teve seu prosseguimento como Igreja Positivista do Brasil. Seu período de maior atividade correspondeu à fase de liderança de Miguel Lemos (1854-1916) e Teixeira Mendes (1855-1927). Seu escopo principal era preservar a doutrina de Comte.

A partir da década de noventa teve início a formação e a ascensão de uma corrente política de inspiração positivista. Sua popularidade inicial deve-se à figura de Benjamin Constant no Rio de Janeiro; mas logo em seguida seu eixo se desloca para o Rio Grande do Sul, com um grupo liderado por Júlio de Castilhos (1860-1903). Segundo José Veríssimo (VERÍSSIMO, 1901: 56-57), ser positivista era uma boa recomendação e o positivismo era tido quase como uma religião de Estado. Seu sentido profundamente conservador revela-se

em dois pontos principais: na idéia de regulamentação da vida social; e na idéia de republicanismo totalitário.

Além de haver fornecido as idéias que vieram a se constituir no núcleo do pensamento político da facção dominante, a ascensão do positivismo, ao longo da República, trouxe como conseqüência mais importante o predomínio, no seio da intelectualidade, de uma atitude mental difusa, mas persistente. A par da subestimação da filosofia, nutriu-se a mentalidade positivista de uma atitude supervalorativa das ciências ditas positivas, destacando-se seu caráter mais enciclopédico que científico. Não trouxe o positivismo ao Brasil nenhuma contribuição ponderável ao progresso das ciências. Ele penetrara no país não como um método de investigação, mas como uma maneira de pensar que se poderia chamar de cientificista, e sobretudo como uma filosofia social, política e religiosa. O cientificismo não correspondeu a um imperativo da evolução industrial. Nas condições brasileiras, não se tratava de armar as novas gerações de técnicos de um conceito operacional da ciência, mas sim, de dar aparência cientificista a uma especulação no estilo da metafísica tradicional.

Havia uma confiança quase religiosa na onipotência da ciência. Esse foi o postulado básico passado diretamente para as ciências sociais, onde realmente deixou marcas bem mais profundas. Suas teses fundamentais podem ser resumidas em três. Primeiramente, a sociedade era equiparada à categoria de “corpo”, “organismo”, isto é, os fenômenos sociais eram equivalentes aos fenômenos naturais. Em seguida, havia uma confiança muito grande na possibilidade de uma abordagem científica dos fatos sociais, o que caracterizava o seu determinismo social. Por último, os distintos aspectos ou efeitos da atividade dos homens em sociedade eram objetivados em categorias ou leis sob a denominação de “fatores”, isto é, leis efetivas, exprimindo relações invariáveis e a estabilidade de certas estruturas.

Foi com base nesta maneira de pensar que se estruturou no Brasil uma visão que seria própria dos incipientes e indecisos meios socialistas durante o último quartel do século XIX. Trata-se do modo como os positivistas lidaram com a “questão social”, que, por esta

época, resumia-se a dois aspectos principais: primeiramente, a escravidão; depois, após maio de 1888, a “incorporação do operário à sociedade moderna”. Também não é aqui o lugar para proceder a uma análise do problema<sup>3</sup>, mas cumpre destacar que as reformas idealizadas pelos positivistas, as quais tornariam possível a “organização do trabalho” no país, tinham como preâmbulo necessário a abolição da escravidão. Só por meio desta “reforma social” necessária e urgente seria possível o estabelecimento do “regime industrial” e a inserção do país nos trilhos do progresso.

Após a proclamação da República os positivistas continuariam em suas pregações em favor da chamada “questão social”, mas agora com ênfase na idéia de uma conciliação possível entre patrões e operários. Para Teixeira Mendes, a causa da desarmonia entre os dois pilares da sociedade era que eles não tinham atingido ainda a “consciência” da fase final da evolução das sociedades humanas, aquela relativa ao regime “científico-industrial”. Mas para preparar o caminho neste sentido, era imprescindível que se introduzissem certas reformas, tendentes a melhorar a situação dos “pobres” e fazendo-os ver que é possível uma convivência harmônica entre os dois. Entre as reformas defendidas, depois expostas sob a forma de uma carta ao governo provisório da República recém-fundada, estavam: fixação de um valor mínimo para o salário, instituição de oito horas de trabalho e descanso semanal garantido por lei. Tais aspirações e tal modo de pensar teriam forte influência, conforme dito, nos meios intelectuais que falavam em nome do socialismo e dos ideais políticos republicanos.

### SOCIALISMO, POSITIVISMO E REPÚBLICA NO BRASIL

Desde o início dos anos 1870, quando se inicia o movimento republicano no Brasil, bem como se consolida a posição do positivismo, torna-se possível uma aproximação entre republicanismo e socialismo. Vários foram os republicanos que, em Campinas, se manifestaram simpáticos à Comuna de Paris, em 1871 (GEBARA,

---

<sup>3</sup> Tal análise já foi feita por LEONIDIO (2003)

1990: 185-194), embora não se possa atribuir qualquer significado político e social às reações que se deram, mais ou menos por todo o Brasil, aos acontecimentos que sacudiram a França por essa época<sup>4</sup>. Para melhor perceber a questão, é preciso, primeiramente, separar as posições que existiam antes e após a proclamação da República. Antes de 1889, um importante indício de tal aproximação pode ser percebido na própria auto-identificação dos jornais, tanto republicanos quanto socialistas e positivistas, com a chamada “questão social”. Um exemplo interessante tem-se no jornal *A República*, órgão de um dos inúmeros “clubes republicanos” mais ou menos espalhados por todo o país, os quais contavam entre seus redatores nomes conhecidos, como o de Aristides da Silveira Lobo. Para ele, a República, encarnação da “pura democracia”, era a forma de governo mais perfeita e garantia dos direitos de todos, a única capaz de mudar as “condições sociais” do país e de assegurar o progresso dentro da ordem. Fazendo eco a Comte, identificava a Monarquia com o Estado teológico e os governos militarizados, sendo por isso incompatível com o regime industrial (*A República*, 3/12/1870). Da mesma forma pensava o jornalista e republicano Vicente de Souza. Dentro do espírito laudatório e retórico de então, afloravam inúmeros adjetivos que visavam desqualificar a Monarquia, em geral associada à escravidão. Assim, o “império” era a “treva”, a “negação de todos os bons princípios”, a “mentira repugnante”, a “opressão e o servilismo”, enquanto a República era a “luz”, a “afirmação plena dos princípios redutores da humanidade”, a “liberdade” e a “razão, livre consciência e sublime verdade”. Mais digna de nota é a assimilação feita por Souza entre republicanismo e socialismo: “Não vos agradecerei por terdes ouvido a voz da caridade, cidadãos; porque diante das doutrinas imperecíveis do socialismo – cumpristes o dever de cidadãos e de associados” (SOUZA, 1879: 73-77).

O jornal *O Futuro*, um dos primeiros a citar o nome de Marx no país, repete a fórmula anterior e coloca como condição para o triunfo das idéias socialistas no país a mudança de regime (*O Futuro*,

---

<sup>4</sup> Sobre as reações às notícias que chegavam ao Brasil da Comuna de Paris, ver MORAES FILHO (1991).

03/12/1872). Esta identificação era facilitada, muitas vezes, pela posição ambígua que assumiu o liberalismo no Brasil. Assim, os redatores do jornal *O Republicano*, tentando distanciar-se dos “liberais”<sup>5</sup>, criticavam o “partido liberal”, pois ele defendia os mesmos princípios do “partido conservador”.

Esta identificação entre república e socialismo já vinha sendo feita na França, sobretudo entre os herdeiros intelectuais do socialismo utópico. Nos anos que antecedem 1848, na França, há uma convergência quase natural entre socialismo e república. Isto se explica pela forte memória da Revolução, sobretudo a do ano II, cultivada entre as massas populares. República era sinônimo de revolução militante e o sufrágio universal era a meta lógica a que visavam todas as intenções daqueles que se posicionavam à esquerda do espectro político. Tal regime era o ponto de chegada do princípio republicano, que via em todo homem - e não apenas nos proprietários ricos e poderosos - um cidadão. Os socialistas acreditavam que o povo sofria pelo fato de existir uma sociedade egoísta e injusta, protegida por uma legislação absolutamente burguesa, e que, a partir do momento em que a grande maioria operária e camponesa ganhasse o direito do voto, evidentemente chegariam às câmaras os “verdadeiros representantes do povo”; seria garantido o direito ao trabalho, assim como à prosperidade, e seria, enfim possível a harmonização de interesses, chegando-se à “verdadeira democracia”. O “espírito de 1848” foi a vontade de dar novo ânimo ao “espírito da Revolução Francesa”, cujo conteúdo humano potencial ainda não havia sido revelado por completo; mas sobretudo, de criar uma república com instituições sociais, como as oficinas nacionais de Louis Blanc e o ministério especial do trabalho.

Para além das fórmulas gerais, tais como as de soberania popular, direito ao trabalho, etc., defendidas pelos intelectuais

---

<sup>5</sup> O grupo republicano que, em fins de 1870, lança o “Manifesto Republicano”, resultou de uma dissidência liberal do Partido Progressista insatisfeita com o predomínio conservador, vindo a formar o Partido Radical. O dito documento, de cunho moderado, trata os problemas nacionais de maneira muito superficial, preconiza a substituição do regime através de uma simples reforma da Constituição, e nada fala sobre reformas sociais. Ver a este respeito DEBES (1990: 107-122).

brasileiros, todas muito inspiradas nas idéias que nortearam os homens da geração de 1848, na França, havia toda uma gama de reivindicações republicanas que coincidiam com as dos socialistas, todas fortemente inspiradas nas idéias positivistas, que se projetavam na chamada “questão social”. *O Republicano*, por exemplo, trazia as seguintes palavras de ordem: “renovação dos estudos sociais pelos métodos científicos”, “separação da Igreja do Estado”, “abolição da escravidão”, “supremacia do regime industrial sobre o militarismo” (*O Republicano*, 25/12/1875). Além disso, o jornal carioca *Gazeta dos Operários* associava o atraso da “indústria agrícola e fabril” do país ao predomínio da monarquia (*Gazeta dos Operários*, 11/12/1875).

No fim dos anos setenta, o jornal *O Socialista* insistiria na idéia, afirmando que a “verdadeira república”, a única “consentânea com a paz, o progresso e o bem geral”, só teria “sua consagração no socialismo”, concluindo então haver uma “perfeita identidade de doutrina entre socialismo e república”. Mas, embora quase todos concordassem com a idéia de que a República era apenas um primeiro passo rumo ao socialismo, nem todos mantinham o mesmo espírito aguerrido em relação à Monarquia. Assim, *O Socialista* declarava, em 1878, “para serenar os ânimos”, que não era seu objetivo “atacar a monarquia”, embora a considerasse “já morta” “pela idéia republicana”. Poucos números depois ele prosseguiria em seu tom moderado, a despeito de boatos que corriam, segundo os quais “o socialista era ainda mais nocivo que o republicano” (*O Socialista*, 20/07 e 24/08/1878).

Em alguns casos buscava-se manter certas distinções entre o que era ser republicano e o que era ser socialista. O jornal *A Revolução*, embora mais explícito em sua dupla identidade - pois trazia como subtítulo “órgão realista, republicano, livre pensador e socialista” - fez questão de explicar, poucos números depois de ser lançado, que não era um “órgão do partido republicano”, conforme os boatos que corriam pela capital do Império. Após muito insistir no assunto, acabou optando por tirar o termo “republicano” de sua divisa (*A Revolução*, 27/09/1882). Isto mostra que embora enxergassem na República a “questão social” do momento, como

também o era a abolição da escravidão, não havia identificação absoluta entre os diferentes grupos que se formavam.

Isto, no entanto, não impediu a aproximação entre elementos que militavam em torno dos clubes e jornais republicanos e aqueles que defendiam as idéias socialistas. O conhecido republicano Lopes Trovão foi um caso exemplar do que se está a falar. Citado por quase todos os jornais socialistas, ele chegou a ser confundido pelo público como um dos redatores do jornal *O Socialista*, que era dirigido por Villegaignon, Francfort e Leterre, ao que tudo indica, pseudônimos de jornalistas que preferiam não se identificar. Outros nomes de conhecidos republicanos associados ao jornal, juntamente com o de Trovão, foram os de Vicente de Souza, José do Patrocínio, Bento Cortez e Júlio Gama. O que se sabe da vida de Trovão, nascido em 1848, é que ele foi um médico e que participou ativamente das campanhas abolicionistas e republicanas, ao lado de Patrocínio, sobretudo nas páginas dos jornais *Gazeta da Tarde* (1881-1887) e *Cidade do Rio* (1887-1893). José do Patrocínio (1853-1905), mulato de origem pobre, formou-se em farmácia, mas preferiu o jornalismo, setor em que mais se destacou. O início de sua carreira data de 1877, através das páginas da *Gazeta de Notícias*. Esteve ao lado também de André Rebouças na luta pela abolição. Foi também romancista e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, em 1897. Não obstante, é o nome de Vicente Ferreira de Souza o que mais chama a atenção, já que ele estaria associado, depois de 1889, ao movimento que tentou constituir um partido operário no Brasil. Nascido em 4 de outubro de 1852, na Bahia, formou-se em medicina, em 1879, pela mesma província. Entre suas obras destaca-se *O império e a escravidão*, resultado de uma conferência realizada no Teatro S. Luiz, a 23 de março desse mesmo ano. A partir de 1890, passaria a colaborar em inúmeros jornais do Rio, uns que se intitulavam “republicanos”, como *A Democracia*, outros “socialistas”.

Mas é de Silva Jardim, também apontado pela historiografia como simpático às idéias socialistas<sup>6</sup>, embora tenha ficado conhecido na história por suas campanhas abolicionistas e republicanas, que

---

<sup>6</sup> Maurício Vinhas de Queiroz (1967) chega a considerar, com certo exagero, Silva Jardim um “precursor do socialismo científico no Brasil”.

temos o testemunho mais elucidativo. Antes de se engajar em tais movimentos, esteve ligado aos meios positivistas portugueses, sobretudo aos homens da chamada “geração de setenta”, assimilando seus temas e suas questões. Sob este influxo escreveu, em 1880, *A crítica de “escada abaixo”*, obra que foi editada no Porto e se apresenta como uma crítica ao livro de Gaspar da Silva, *O Balsac de S. Miguel de Seide*, esta, por sua vez, uma crítica ao *Cancioneiro alegre*, de Camilo Castelo Branco. Há que se dizer que o livro de Silva era uma ácida crítica ao romantismo, com a qual Jardim parecia estar de acordo, embora não parecesse concordar com o fato de o crítico ter posto entre a “nova geração literária do Brasil” certos “principiantes”, tais como Arthur Azevedo, Assis Brazil, Arthur Barreiros, Afonso Celso Jr., Fontoura Xavier, Theophilo Dias e, estranhamente, José do Patrocínio. Mais estranho ainda é o fato de Jardim ter chamado a estes “moços” de “geração semilivre”, uma vez que eram tidos por “católicos”, “monarquistas” – “conservadores” ou “liberais disfarçados” – e adeptos da “filosofia metafísica”. Por trás da polêmica estavam colocadas três questões essenciais para o rumo que tomariam as idéias de Jardim: em filosofia, uma entusiástica adesão ao positivismo, adesão que se confirmaria pelas relações mantidas posteriormente com os positivistas Luiz Pereira Barreto, Miguel Lemos e Teixeira Mendes; em literatura, pela incorporação da estética realista, baseada na “poderosa escola da observação psicológica e fisiológica”, e em política, pela adesão ao republicanismo e ao socialismo (JARDIM, 1880: 15-19).

Silva Jardim reclamava ainda de “nomes esquecidos pela pena” de Gaspar da Silva, tais como o de Mariano de Oliveira, segundo ele, “um dos primeiros iniciadores do verso socialista entre nós”, possivelmente querendo dizer “verso positivista”, que também passou a ser uma moda por esta época. Mas o termo também sugere que o socialismo era colocado entre as chamadas “idéias novas”, que vinham em pacotes, por esta época, sobretudo de Portugal. Ele lamenta ainda a ausência dos nomes de Lopes Trovão e Vicente de Souza, exemplos de “grandes oradores” (JARDIM, 1880: 30-31).

Seu envolvimento com as campanhas abolicionistas iniciou-se um tanto tardiamente, em princípios de 1888, uma vez que o “moço”

José do Patrocínio já corria o vasto império. E é ele próprio quem o confessa, em suas memórias:

“A agitação abolicionista chegara ao seu período crítico e decisivo (...) A luta de propaganda fora grande, pelo trabalho do Patrocínio (José do), Bocaiuva (Quintino), Joaquim Serra, Nicolau Moreira, Vicente de Souza, João Cordeiro, João Ramos, Antônio Bento, José Bonifácio, Joaquim Nabuco e os filósofos do Centro Positivista” (JARDIM, 1891: 14).

No mesmo texto, Silva Jardim mencionava que seu “primeiro *meeting* republicano” estava já largamente anunciado. Às vésperas da manifestação, que contaria, segundo Jardim, com a presença de cerca de duas mil pessoas, entre as quais “pretos libertos” e “operários”, ele ainda passava em revista os seus estudos de “filosofia e política positiva”, buscando inspirar-se na “impressão profunda e serena” que lhe tinha deixado a “admirável sistematização do maior dos filósofos”, Augusto Comte. Tais meditações davam-lhe a certeza da “necessidade da república e, portanto, o dever de todo o cidadão de aproximar o seu advento”. Rememorava ainda os tempos em que parava para ouvir as lições dos “oradores republicanos mais afamados do tempo – Lopes Trovão, José do Patrocínio e Vicente de Souza” (JARDIM, 1891: 20-24).

Não se sabe se a referida manifestação contou mesmo com o sucesso de público estimado por Jardim; mas sabe-se que ela foi publicada, pouco depois, nos principais jornais da época. Alguns deles eram apenas noticiosos, mas abertos aos republicanos e, depois, aos socialistas, tais como *O Paiz* (RJ), que era dirigido por Quintino Bocaiúva, mas contava com a importante colaboração de José Augusto Vinhais, que usaria as suas páginas, após 1889, em sua campanha em prol da “organização do trabalho”; outros, abertamente republicanos, como: *Cidade do Rio*, dirigido por José do Patrocínio e redigido por nomes importantes simpáticos às idéias socialistas, como Manoel Bomfim; *A Província* (SP), dirigido por Rangel Pestana, contando com a colaboração do já afamado Luiz Pereira Barreto; *Gazeta do Povo* (RJ), dirigido por Américo de Campos, e *Diário Popular*, dirigido por José Maria Lisboa (JARDIM, 1891: 49).

Silva Jardim, até a abolição, gravitou na esfera dos clubes e dos jornais republicanos de São Paulo, mas nunca escondeu seu “desejo de habitar o foco da vida brasileira, a Paris da América do Sul”, isto é, o Rio de Janeiro. Em aí chegando, foi juntar-se a outros elementos republicanos já conhecidos seus, tais como Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Enes de Souza, Xavier da Silveira, Alberto Torres, Saldanha Marinho, Barata Ribeiro, Lopes Trovão (que havia voltado de Lisboa fazia pouco tempo, onde se encontrara com Teófilo Braga) e João Batista Sampaio Ferraz. Este último nome destaca-se dos demais por seu envolvimento, após 1889, com a questão da “organização do trabalho”, sendo diretor do importante jornal *Correio do Povo*, que também contava com a colaboração de Manoel Bomfim. Desde então, Jardim passou a ter aulas regulares de filosofia com Vicente de Souza e a freqüentar o “Café Londres”, espécie de comitê dos republicanos por essa época, localizado na conhecida Rua do Ouvidor. Aí mesmo ficavam localizadas as também famosas confeitarias Pascoal e Colombo, muito mais marcadas pela convivência social e literária da época. A este respeito é interessante ainda o testemunho de Jardim: “Reparem que enquanto em São Paulo o centro da atividade mental e de troca de idéias se constitui espontaneamente nas livrarias e nos escritórios dos jornais, aqui ele tem sede nos cafés” (JARDIM, 1891: 181 e 246).

Seja como for, o que havia de mais parecido com os comitês de partidos por esta época eram as redações de jornais. Assim, na mesma afamada Rua do Ouvidor ficavam as redações dos mais importantes jornais da época, como a da *Gazeta de Notícias*. É difícil dizer até que ponto ela esteve aberta à circulação dos republicanos e dos socialistas. Dirigida por Ferreira de Araújo, um médico de ascendência portuguesa, ela muito cedo abriu suas páginas à participação dos republicanos e socialistas da época. Segundo Jardim, havia mesmo uma “coluna especial” para a propaganda republicana (JARDIM, 1891: 193). Ela foi importante também porque permitiu uma maior aproximação, conforme dito em capítulo anterior, entre os propagandistas brasileiros e os homens da “geração de setenta”, em Portugal. Para reforçar a sua presença na Rua do Ouvidor, Jardim resolveu montar escritório de advocacia, usando uma sala do “velho Saldanha Marinho”. Também ele seria centro de reuniões e debates.

Para além das redações dos jornais e dos cafés, havia ainda inúmeros clubes republicanos que congregavam nomes simpáticos às idéias socialistas. Assim, por exemplo, o Centro Republicano Lopes Trovão contava com a colaboração de Thomaz Delfino, que era amigo de Manoel Bomfim e estaria junto com ele na fundação de certos jornais e revistas de cunho socialista, tais como *A Universal* e *A Nação*. Havia ainda o Clube Quintino Bocaiúva, que contava com a presença de Evaristo de Moraes, conhecido socialista, e o Clube Tiradentes, onde se destaca mais uma vez o nome de Vicente de Souza (JARDIM, 1891: 202-203).

Ao longo de sua campanha e do contato com as idéias socialistas e positivistas, Jardim buscou marcar o seu discurso pela ênfase na chamada “questão social”. Assim, se sua preocupação inicial era com a abolição, após maio de 1888 passou a ser, além da proclamação da República, com a “questão operária”. Convidado pelos empregados do comércio do Rio de Janeiro, que se encontravam em greve por descanso aos domingos, Jardim discursou no teatro S. Pedro, onde desenvolveu, segundo ele, “a teoria das relações entre capital e trabalho, mostrando que de sua harmonia dependia a prosperidade pública” (JARDIM, 1891: 202). A idéia de “harmonia” entre capital e trabalho seria um dos pilares fundamentais da “organização do trabalho”, defendida por todos aqueles que almejavam uma “república social”. Jardim fala em “independência do proletariado” (JARDIM, 1891: 331), como falariam vários outros que tentariam fundar um “partido operário” ou “partido socialista”, mas o que se queria fazer era precisamente o contrário. Daí o uso, também freqüente e até como sinônimo de “organização do trabalho”, do termo “incorporação do proletariado”. Tudo o que se queria era chamar a atenção para esta camada social cada vez mais volumosa no Brasil, mas arranjando-a dentro da estrutura social reinante. Após 1889, Jardim passaria a falar também em “direitos operários” ou “direito ao trabalho”, termos também correntes na época, mas dentro do mesmo sentido anterior. A este respeito, diria o jornal *Echo Popular*, em 1890:

“Consta-nos que este ilustrado propagandista republicano, presidente da comissão que tem de elaborar o projeto de

constituição para o Estado do Rio de Janeiro, vai tomar em consideração os direitos das classes proletárias, compreendendo praticamente, conforme já dissera em uma de suas conferências, que nas classes trabalhadoras residem os maiores interesses do Estado” (Echo Popular, 25/03/1890).

Logo após a proclamação da República, o entusiasmo inicial continuaria acirrando os ânimos de quase todos e até atraindo novos simpatizantes para a causa da “república social”. O jornal *Voz do Povo*, “órgão operário dos Estados Unidos do Brasil”, dirigido por José Veiga e Maurício Velloso, diria, em 1890:

“Novos horizontes se abrem ao povo brasileiro, com o estabelecimento da forma republicana de governo no país (...) O proletariado nacional que até hoje foi apenas uma força anônima, servindo de base a todas as ambições, passou a ser uma força preponderante na sociedade, um elemento de prosperidade, de riqueza e de progresso” (*Voz do Povo*, 07/01/1890).

O que se queria dizer com “novos horizontes se abrem”? Precisamente aquela esperança inicial de que com a República uma sociedade mais democrática teria início, com um maior nível de participação das diversas classes na sociedade, com os ex-escravos e os pobres de todos os tipos deixando de ser os “párias sociais” para se tornarem cidadãos; mas, sobretudo, a expressão portava a idéia de que, uma vez conquistados os direitos civis e políticos dos “excluídos”, um novo tipo de direito teria curso, o “direito ao trabalho”. Estas idéias eram ainda uma herança dos socialistas utópicos da geração de 1848 na França.

O jornal *A Democracia*, “órgão de orientação republicana”, dirigido por Vicente de Souza, é bastante explícito a este respeito. Em artigo intitulado “O operário e a república”, ele começa fazendo uma longa citação de Proudhon, em que se fala da conquista do direito de voto pelo povo parisiense e das “conquistas socialistas” daí advindas. Em seguida acrescenta, com o mesmo romantismo daqueles, que a “proclamação do princípio do sufrágio universal” do

novo governo republicano no Brasil teria deslocado o “centro de gravidade da vida eleitoral do país”, chamando as “classes operárias” para a “comparticipação e responsabilidade da governança pública”. E conclui então: “A idéia socialista devia necessariamente resultar de semelhante medida. E o seu aparecimento, hoje ou amanhã, era apenas uma questão de tempo” (*A Democracia*, 03/03/1890). Mas chama a atenção para o fato de que “o republicanismo não é somente uma idéia política, mas um partido social”. Isto é, agora que se havia conquistado a república, era preciso distinguir a “questão política” da “questão social”. Era preciso “ir além” das reivindicações meramente políticas, o que significava precisamente inserir certa preocupação com a “organização do trabalho”, que passaria a ser o problema central do “republicanismo social” daí por diante (*A Democracia*, 06/03/1890).

Não obstante, justamente por isso, por estar influenciado pelas idéias do socialismo utópico, por sua vez contaminadas pela mentalidade positivista de então, a preocupação inicial com o sufrágio universal e a linguagem dos direitos amplamente utilizada por este socialismo seriam detalhes de somenos importância. O que predominaria seria uma certa visão hierárquica, corporativa, da sociedade. Diria então o jornal *Voz do Povo*: “A bandeira republicana é ordem e progresso, a nossa, sem desrespeitar o novo pavilhão brasileiro será – Deus, pátria e trabalho” (*Voz do Povo*, 08/01/1890).

O jornal *Echo Popular*, dirigido por Luís da França e Silva e um dos defensores da idéia de formar um partido socialista, comparava a República com “um sol” que veio iluminar “o obscuro operário”. Insistia ainda no fato de que “o republicanismo não é somente uma idéia política”, mas também um “partido social”, indo mais longe na caracterização das posturas republicanas no Brasil por essa época: “O republicanismo é múltiplo. Ele oscila desde a concepção autoritária das ditaduras até as fronteiras mesmas do ideal proletário”. Esta aproximação do socialismo com o republicanismo, que tem por trás de si a influência das idéias do socialismo utópico, fortemente marcadas pela cultura positivista, serve para mostrar ainda como o teor classista de tais propostas era extremamente vaporoso. Visava-se à “nação”, ao “bem-estar geral”, mas nem de

longe se tocava na palavra luta de classes. O ideal era de conciliação, de incorporação. França e Silva chegou mesmo a admitir que talvez fosse melhor ceder a liderança aos republicanos:

Se a grande e poderosa classe operária da Capital Federal, atualmente dividida em grupos, tivesse a orientação das frações republicanas (...) nenhuma apreensão nos causaria a fragmentação de uma classe que, unida e disciplinada, pode imprimir aos negócios públicos a gestão consoante aos seus interesses e aos de todos os bons patriotas (*Echo Popular*, 11/03/1890 e 15/03/1890).

Mas à medida que as esperanças iniciais em torno das promessas republicanas iam se esvaziando, passou a ser freqüente um certo tom de desilusão e desânimo, e muitos passaram mesmo a pôr em causa a capacidade da República de trazer a tão esperada “democracia social”. É sintomático que o até bem pouco tempo “republicano intransigente” Vicente de Souza assim se confessasse, poucos anos após a proclamação da República, em artigo intitulado “Doutrina socialista”:

Duas classes opõem-se uma à outra e, por astúcia e insídias da menos numerosa, da indolente, submetida e subjugada está a mais numerosa, a laboriosa e ativa (...) Pertencem à primeira: monarcas e oligarcas, plutocratas e políticos, industriais de governação e de domínio, seja o prolongamento derivado dos tronos, seja o representante da falsa democracia, adornada com o título vão de república (*A Questão Social*, 15/12/1895).

Só então começava-se a perceber que não havia muita diferença entre a extinta Monarquia e a recém-fundada República, em termos de conquistas sociais, e que o governo continuava nas mãos de um grupo de oligarquias estaduais de grandes proprietários de terra, firmemente arraigadas a seus interesses particularistas. Mas, é óbvio, a questão não era vista com toda a clareza. Ainda com a referência dos acontecimentos de 1848, só se conseguia entender que o “povo” havia sido mais uma vez “ludibriado”. José Veríssimo, que não era propriamente um exemplo de influência do socialismo, revelou bem a

situação, na virada do século, em artigo que buscava fazer um balanço do que havia sido o século XIX:

“O caráter dominante do movimento de 1848 no momento do seu triunfo é o da tradição revolucionária de 1793, modificado e acrescido do socialismo, segundo as doutrinas de Proudhon, Louis Blanc, Saint-Simon, Cabet e outros teóricos da escola (...) Ela não soube ou não pôde realizar em fatos essas teorias e limitou-se a expô-las em leis e decisões do governo efêmero que constituiu” (VERÍSSIMO, 1899: 20).

O artigo de Veríssimo revela duas coisas interessantes. Antes de tudo, que a referência no Brasil, ainda na virada do século, era a do socialismo utópico. Depois, que se concebia que o socialismo utópico havia representado um aporte social ao republicanismo, sobretudo àquele de origem nas idéias da geração de 1848. Este quadro seria corroborado por M. Curvello, em 1905. Segundo ele, a “campanha socialista, que vem desde Jesus de Nazaré e, mais modernamente, desde os Babeuf, os Cabet, os Fourier, os Proudhon, cavou fundo a rocha do velho arcabouço social”. No Brasil, ela teria tido o seu curso com os “notáveis esforços do professor Vicente de Souza”, e Curvello vai citando nomes da mais variada estirpe, tidos por ele como socialistas, como Viveiros de Castro, Evaristo de Moraes, José Veríssimo, Medeiros e Albuquerque, Fábio Luz, Olavo Bilac, Frota Pessoa, Manoel Bomfim “e muitos outros ainda, que, na imprensa e na literatura, ousam de quando em quando repetir o eco das doutrinas socialistas” (*Almanaque Brasileiro Garnier*, 1905: 39-40). A expressão “ousam de quando em quando repetir o eco” é muito significativa para o que vinha acontecendo no Brasil com as idéias do socialismo utópico, desde 1840. Significa, antes de tudo, que não houve uma corrente de idéias a que se possa chamar propriamente de socialismo utópico, mas um movimento difuso de idéias; e por isso mesmo elas tinham penetração não só naqueles que se auto-intitulavam socialistas e se diziam representantes das classes operárias, como Evaristo de Moraes, Fábio Luz, etc., mas também em escritores dos mais variados matizes ideológicos, como os literatos José Veríssimo, Olavo Bilac e outros - o que, obviamente, não faz

destes, escritores socialistas. O fato de serem republicanos e terem certa preocupação social, identificados como estavam com a geração de 1848 na França e com a “geração de setenta”, em Portugal, sobretudo aqueles ligados ao chamado “republicanismo social”, facilitava este movimento difuso de idéias. Uma situação como esta é que levava Olavo Bilac a declarar, em 1903:

Quando os pobres têm alegria, tudo vai bem. Já a sua resignação é uma segurança de tranquilidade geral, porque, como escrevia o grande Lamennais ‘*la société repose toute entière sur la résignation des pauvres*’ (BILAC, 1996: 235).

À medida que os anos iam passando, as decepções iam se acumulando e o ânimo arrefecendo, mas não o sonho da “república social”. A citação a seguir, do jornal *Brazil Operário*, é lapidar a este respeito:

Espalharam que a República era a incorporação do proletariado à sociedade moderna. Muito bem, têm-se passado os anos e esta república de conselheiros, viscondes e barões, sem nada ter de social, é simplesmente burguesa. Companheiros, a forma de governo que deveis adotar, a qual deverá ser criada por vós mesmos é a república social (*Brazil Operário*, 15/10/1903).

Fábio Luz repetiria a mesma coisa, pouco depois, em 1904, através das páginas do jornal *O Amigo do Povo*: “A República, em verdade, não foi aqui a incorporação do proletariado à sociedade moderna” (*O Amigo do Povo*, 06/08/1904). E o jornal carioca *O Corsário*, dirigido por Edmundo Cunha, endossaria a esperança do *Brazil Operário*: “A república social se impõe como o único meio de enveredar a pátria brasileira para outro rumo que não esse que lhe deram os políticos interesseiros de todos os tempos” (*O Corsário*, 25/12/1903). Alguns até, um tanto irritados, ousariam ir mais além em suas ponderações: “O socialismo nada tem com monarquia ou república; quer num, quer noutro regime, o operário, o proletário, o povo enfim, não passa de vil instrumento” (*Gazeta Operária*, 19/10/1902).

## CONCLUSÃO

A euforia em torno da proclamação da República no Brasil, por parte tanto de socialistas quanto de republicanos, projetou uma imagem que a identificava com valores universais e democráticos, em geral inspirados no modelo da república francesa de 1848: uma república mais justa, mais igualitária, implementadora de reformas sociais que poriam fim a graves problemas da sociedade brasileira, tais como a falta de trabalho, a anarquia em seu interior e a pobreza. A cultura positivista deu o tom do discurso de muitos desses socialistas e republicanos, cuja ênfase estava posta na idéia de organização do trabalho, uma concepção hierarquizante da sociedade, que comprometia os próprios ideais igualitários.

## FONTES

*A Democracia*, Rio de Janeiro, n° 1, 3 de março de 1890.

*A Democracia*, Rio de Janeiro, n° 4, 6 de março de 1890.

*A Questão Social*, São Paulo, n° 7, 15 de dezembro de 1895.

*A República*, Rio de Janeiro, ano I, n° 1, 3 de dezembro de 1870.

*A Revolução*, Rio de Janeiro, n° 5, 27 de setembro de 1882.

*Almanaque Brasileiro Garnier*. Rio de Janeiro, Garnier, 1905, pp. 39-40.

BILAC, Olavo. *Vossa insolência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 235.

*Brazil Operário*, Rio de Janeiro, n° 11, 1ª quinzena de outubro de 1903.

*Echo Popular*, Rio de Janeiro, n° 3, 11 de março de 1890; n° 5, 15 de março de 1890.

*Echo Popular*, Rio de Janeiro, n° 8, 25 de março de 1890.

*Gazeta dos Operários*, Rio de Janeiro, n° 17, 11 de dezembro de 1875.

*Gazeta Operária*, Rio de Janeiro, n° 4, 19 de outubro de 1902.

JARDIM, Silva. *A crítica de “escada abaixo”*. Porto: Typ. Occidental, 1880, pp. 15-19.

JARDIM, Silva. *Memórias e viagens: campanha de um propagandista (1887-1890)*. Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, 1891, p. 14.

*O Amigo do Povo*, Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1904.

*O Corsário*, Rio de Janeiro, ano I, n° 3, 25 de novembro de 1903.

*O Futuro*, Rio de Janeiro, n° 1, 3 de novembro de 1872.

*O Republicano*, Rio de Janeiro, ano I, n° 2, 25 de dezembro de 1875.

*O Socialista*, Rio de Janeiro, ano I, n° 1, 20 de julho de 1878 e n° 6, 24 de agosto de 1878.

SOUZA, Vicente de. *O império e a escravidão*. Rio de Janeiro: Garnier, 1879, pp. 73-77.

VERÍSSIMO, José. *Estudos de literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Garnier, 1901

VERÍSSIMO, José. *O século XIX*. Rio de Janeiro: Typ. Da Gazeta de Notícias: 1899, p. 20.

*Voz do Povo*, Rio de Janeiro, n° 2, 7 de janeiro de 1890.

*Voz do Povo*, Rio de Janeiro, n° 3, 8 de janeiro de 1890.

#### BIBLIOGRAFIA

AGULHON, Maurice. *1848, o aprendizado da república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 22.

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento. A geração em 1870 na crise do Brasil-Império*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2000.

CATROGA, Fernando. *O republicanismo em Portugal*. Coimbra: FLUC, 1991;

DEBES, Célio. “A propaganda republicana em São Paulo”. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). Op. cit., pp. 107-122.

GEBARA, Ademir. “Republicanismo e reformismo”, in: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *História política da república*. CAMPINAS: Papyrus, 1990, pp. 185-194.

LEONIDIO, Adalmir. “O positivismo e a questão social. As origens do trabalhismo carioca”. *Revista Universidade Rural – Série Ciências Humanas*, jul/dez 2003, Rio de Janeiro

MORAES FILHO, Evaristo de. “A proto-história do marxismo no Brasil”. In: Reis Filho, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil*, v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1967.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Paixão e morte de Silva Jardim*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SERRÃO, Joel. *Do sebastianismo ao socialismo*. Lisboa: Horizonte, 1983.

VENTURA, António. *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal*. Lisboa: Cosmos, 2000.